

Código:

11

O Método Materialismo Histórico Dialético (MMHD) permite compreender a dinâmica das relações sociais da sociedade burguesa na perspectiva da totalidade. Nessa perspectiva afirmamos que as relações sociais de classe, racial/étnica e gênero na dinâmica da sociedade capitalista são relações de exploração e opressão que se expressam no racismo e no patriarcalismo (Silva, 2017).

Relações Sociais são relações antagônicas sustentadas na divisão social do trabalho que dividem a sociedade capitalista não apenas em classe, mas também na divisão racial e de gênero do trabalho.

O Método Materialismo Histórico Dialético permite compreender que o racismo e patriarcalismo foram instrumentos de dominação utilizado desde o Brasil Colonial na divisão racial e de gênero do trabalho.

Na realidade brasileira o racismo e o patriarcalismo serviram para garantir o processo de desenvolvimento econômico reduzindo o valor da força de trabalho por meio do trabalho escravizado e da desvalorização do trabalho dos negres e negras (Almeida, 2014). Os negres e negras foram durante séculos tidos como raça inferior, constituindo, no processo de acumulação capitalista um exército industrial de reserva para garantir a redução dos salários (Almeida, 2014). Os negres serviram ao trabalho doméstico não pago ou mal pago, mas não só.

Com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro dependente a Mão de obra Negra foi substituída pela Mão de obra dos imigrantes mantendo negres e negras fora do mercado de trabalho ou no trabalho informal mal remunerado (Moura, 2019).

Portanto, a realidade brasileira mostra que não é possível sustentar o MMHD, se apropriar do debate de classe sem considerar o debate racial e de gênero. Elvira Moura e Lélia Gonzalez afirmam que no Brasil a apropriação do Método MMHD ocorreu sem essa apropriação desconsiderando a realidade o que implicou na deficiência da análise da classe trabalhadora brasileira e Guerra (2018) acrescenta na compreensão da questão racial no Brasil e dos usuários do Serviço Social. Autores marxistas brasileiros da teoria da dependência forneceram a base para compreensão de que na realidade brasileira o debate de classe

EM BRANCO

Folia nº 1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Câmpus

EM BRANCO

Código:

11

A defesa de um projeto de atuação comprometido com a defesa intransigente da liberdade e de uma sociedade mais justa está demarcada em um conjunto de legislações constituída pela profissões nos últimos 30 anos (Código de ética profissional de 1993, Lei que regulamenta a profissão/93 e Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996).

Mas nem sempre foi assim. No início das profissões, sob bases conservadoras a prática do Serviço Social mantém práticas racistas e Hegemista. Surgida na década de 1930/1940 com a política Hegemista do Estado, na transição da economia colonial para industrial, o Serviço Social é requisitado pelo estado para atuar nas expressões da questão social tendo a população negra, desempregada ou mal empregada, excluída socialmente, como alvo de sua atuação.

Aqui destacamos o conceito de questão social interpretada por Sammartino (2001) e Netto (2001) resumida da seguinte forma: Resultante do processo de exploração do trabalho em que o trabalhador vende sua força de trabalho para o dono dos meios de produção e em troca recebe um salário insuficiente para garantir sua reprodução; Resultante da luta de classe, dada a consciência do trabalhador sobre processo de exploração, resultante da atuação do estado que, para garantir a ordem social, implanta políticas sociais para mitigar os efeitos da exploração.

O Serviço Social chamado para atuar nas expressões da questão social fruto das desigualdades impostas pelas relações sociais de exploração, constituída pela divisão de classe, raça e gênero atua, nos primeiros 50 anos de profissão contribuindo com a manutenção de uma sociedade racista e patriarcal, que são formas de dominação, para garantir o processo de acumulação capitalista. Aqui fazemos um parentese para explicar porque usamos o termo. Segundo Cosme (2018) a sociedade capitalista se mantém pelo processo de exploração de uma classe sobre a outra (trabalhadores X donos do meio de produção). Essa relação de exploração deve ser mascarada. Para manter as relações de exploração escondidas a sociedade capitalista a posição das partes diferenciadas e eliminando grau de importância. Assim, a sociedade

UNIVERS. SAO CARLOS
Codigos

EM BRANCO

Código: 11

Capitalista, é demarcada pela diferenciação dos corpos e Nesse sentido nos existe possibilidade de uma relação de igualdade nessa sociedade. Somente com a supressão dessa sociedade é possível eliminar as situações de opressão e exploração que sustentam as relações raciais de classe, raça e gênero (Kose, 2008).

Assim, somente com a aproximação e o amadurecimento da teoria Marxista no Serviço Social (anos de 1980) é que a profissão compreendeu a necessidade de construção de um projeto profissional que defende uma nova sociedade livre dessas opressões. As primeiras curricula para formação de profissionais comprometidos com uma formação antirracista e antipatriarcal, apesar de ser revolucionária, não tratou a questão racial e de gênero para o centro do processo formativo. Autores alertam para a necessidade de que o debate da questão racial e de gênero esteja articulados nos três núcleos dos DCS do Serviço Social (Pachá, 2018; Elpidio, 2011; Almeida, 2014). O Serviço Social tem se dedicado a não desvincular o debate de classe ao de raça e gênero, mas compromissos de que, como afirma Flores, Vieira e Jélica Gonzalez, a se aproximar da teoria Marxista e apropriar-se dela a questão de raça e gênero não poderia ser desvinculada. Além disso, essa não apropriação adequada invisibiliza a luta dos negros no país, bem como nos valoriza a produção de autores que debateram historicamente essa questão (Kose, 2019; Jélica, 2014). Num esforço de reorganizar o debate de raça e gênero e sua relação com os fundamentos do Serviço Social a profissão, por meio do Conselho EFSS/PRESS e ABEPSS, implantou em 2010 o grupo de trabalho para debater sobre os processos de exploração e opressão. A partir desse GTP resultou em produções de pesquisas, meios de debates, seminários nos diferentes níveis potencializando o debate e as produções de questões étnico-raciais e de gênero no Serviço Social. Esta iniciativa foi a implantação da plataforma antirracista que disponibiliza referências sobre esses temas com possibilidade de serem utilizadas em todos os âmbitos temáticos do Serviço Social. A ideia é que a plataforma ~~forneça~~ ^{forneça} conteúdo para que, em todos os disciplinas do Serviço Social, a questão racial e de gênero seja trabalhada de forma transversal. Também o documento subsidia para formação

EM BRANCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código:

11

e atuação do Serviço Social propõe o debate, amadurecimento e compromisso da profissão nas dimensões do processo de formação ~~estágio~~ ensino pesquisa e extensão, com a questão racial e de gênero. Essa iniciativa do conjunto UFSS/ERESS pretende dar conta da lacuna que ficou na aproximação da profissão com a Teoria Marxista. Enfim, o projeto profissional sustentado e orientado pelo Método M H D desafia a profissão a olhar a realidade concreta e interpretá-la com lentes amplas. Nesse caso, a realidade Brasileira marcada pelo processo de exploração de negros e Negras que se perpetua nos dias atuais sustentada por mecanismos de dominação como o racismo e o patriarcado. Afirmamos aqui a necessidade de superação dessas formas de opressão que só pode haver em outras formas de sociabilidade. Concluímos com a afirmação de que a luta antirracista é uma antiecapitalista (Almeida, 2014).

EM BRANCO